



Destaque Rural Nº 263

4 de Março de 2024

A ASFIXIA PROPOSITADA DO EMPRESARIADO NACIONAL

João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura compreender as razões do fraco desenvolvimento do tecido empresarial nacional depois da independência por se tratar de um período a partir do qual o fenómeno da asfixia se iniciou. Considera-se que, de diferentes formas, a emergência de um sector privado e de empresários competentes, profissionais e patriotas é inconveniente ao sistema político e económico, crescentemente assente em grupos de interesse político e económico que se enriquecem de formas não transparentes incluindo a corrupção e tráficos diversos; e, por "boladeiros" de todo o tipo. Em contrapartida, grupos do empresariado, maioritariamente de origem asiática, estão sujeitos à indústria do rapto.

O autor divide o texto em três períodos com características semelhantes, segundo o propósito do texto: (1) após a independência, (2) entre o início do ajustamento estrutural (1987) e o fim do século XX; e, (3) depois no início do presente século. Finalmente faz-se um resumo.

Este texto não aborda a importante relação entre a cooperação, o investimento externo e o desenvolvimento do tecido empresarial moçambicano.

¹ Doutor em Economia Agrária e Sociologia Agrária e pós-doutorado em Desenvolvimento Regional. Investigador do OMR.

2. RESUMO HISTÓRICO DO EMPRESARIADO APÓS A INDEPENDÊNCIA

2.1 O período “socialista”²

Após a independência, o empresariado de então, fundamentalmente constituído por cidadãos portugueses e os de origem asiática, viram os seus processos de acumulação e crescimento empresarial interrompidos por razões políticas, económicas, por vezes, violentamente. Muitos saíram de Moçambique³. Atravessava-se um período de narrativa “socialista” onde o empresário era um capitalista explorador do povo e um inimigo da revolução. Moçambique seria o túmulo do capitalismo.

As empresas intervencionadas ou nacionalizadas foram, na sua maioria, estatizadas, muitas vezes com a junção de várias empresas numa estatal. Surgiram grandes empresas estatais⁴ e os Gabinete de Apoio à Produção a nível provincial, que exerciam as funções de direcção, intermediação do financiamento, logística e fornecimento de equipamentos às Unidades de Produção agrícolas intervencionadas.

As grandes empresas estatais foram, assim, criadas administrativamente, onde a maioria dos gestores não possuía formação e experiência empresarial, com métodos de direcção centralizadores e, em muitos casos, militarizados. As empresas de maior dimensão e sectoriais eram dirigidas por directores. Em ambos os casos, os gestores das empresas recebiam, do respectivo Ministério de tutela, as metas de produção, o investimento

² A palavra socialismo encontra-se entre aspas pois, é opinião do autor que, a tentativa de socialização da economia não se concretizou, designadamente devido ao: desajustamento das medidas às realidades do país, como, por exemplo: (1) a fragilidade de uma classe operária consciente “em si” e “para si”; (2) a inexistência de um campesinato revolucionário com capacidade de organização “como classe”, embora com história de lutas inter-étnicas de resistência à penetração estrangeira e, em particular, sob a forma de colonialismo; (3) a elite dirigente era, sobretudo, oriunda de grupos e famílias da elite das sociedades locais, maioritariamente relacionadas com o poder colonial; (4) uma elite ideologicamente formada no exterior que articulava uma aliança com pessoas oriundas das elites locais num misto de esquerdismo e populismo; (5) uma economia com baixo desenvolvimento das forças produtivas longe de gerar conflitos e consciências de classe em processos revolucionários.

³ Muitos empresários saíram do país por pressão e perseguição política, por nacionalização, mais ou menos transparente e justificada das suas empresas, ou simplesmente porque decidiram regressar aos seus países de origem. Outros, saíram após actos de sabotagem ou descapitalização das suas próprias empresas, acompanhados, ou não, de diferentes formas de exportação ilegal de capitais. Recorde-se os despachos de intervenção do Estado nas empresas (uma fórmula camuflada de privatização), em resposta aos actos acima referidos. Em resumo, grande parte do tecido empresarial foi intervencionado por várias razões. Sobre estes aspectos, veja Samussone, Anselmo (2014). *Principal legislação de Moçambique sobre intervenção, nacionalização e privatização de empresas do sector empresarial do Estado*. Escolar Editora

⁴ Como, por exemplo, a Emochá que reuniu todas as empresas de chá; a Mecanagro que concentrava a maioria do equipamento das empresas agrárias intervencionadas, formando-se uma empresa de serviços de mecanização para todo o país; a Boror Comercial responsável por todas as importações de fertilizantes, pesticidas e sementes para agricultura; os Gabinete de Apoio à Produção Agrícola em cada província; as grandes empresas pecuárias que concentrava todo o gado bovino detido por empresas intervencionadas; a Avícola responsável pela produção de quase todos os aviários do país; o Complexo Agro-Industrial do Chókwè que geria todo o sistema de regadio designado de Eduardo Mondlane, entre muitas outras. Todas elas, tinham estatuto de E. E. (Empresa Estatal) ou E.E. em formação (as intervencionadas).

público (equipamentos) e os insumos, e o destino/distribuição da produção, enquanto os recursos financeiros eram fornecidos pelo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD)⁵ conforme a indicação do Ministério do Plano em que, na maioria dos casos, o pagamento do crédito foi parcial ou nenhum. As empresas eram, na quase totalidade, financeiramente deficitárias, economicamente inviáveis e “tecnicamente falidas”, muito embora, a curto prazo, muitas tenham tido desempenhos produtivos notáveis, ultrapassando, em alguns casos, as produções do período colonial. Nas empresas foram criados os grupos dinamizadores, como órgão/células da Frelimo que, em muitas ocasiões, orientavam os directores⁶. Foram também criados os Conselhos de Produção com as funções semelhantes a um sindicato sendo, porém, órgãos criados pela Frelimo.

Para além do objectivo de manter a produção, as empresas do Estado deveriam assegurar o emprego independentemente dos custos e da produtividade, de forma a não se gerar desemprego, o que, política e socialmente, seria inconveniente para a Frelimo.

A deficiente ou má gestão, os métodos de direcção económica através do planeamento central e do mercado intervencionado e distorcido, foram agravados pela guerra civil que atacou as empresas (no meio rural) e as vias de comunicação, dificultando a venda da produção e o transporte de logística. A crise da economia, caracterizada pelo défice externo e consequente incapacidade de importar, por um orçamento público financiado por emissão de moeda e consequente descontrolo da inflação, a paralisação ou redução da actividade de grande parte das empresas e a penúria da baixa oferta de bens essenciais⁷ com preços estabelecidos administrativamente, fez surgir a economia informal, primeiro, nas cidades e, depois, no meio rural, que foi policialmente reprimida. Surgiu também a troca clandestina de moeda estrangeira transaccionada no mercado negro, em alguns momentos, a cerca de 40 vezes o valor oficial do câmbio.

As relações externas e de cooperação política/diplomática, económica e militar, concentravam-se nos países socialistas. Foram concebidos grandes projectos de desenvolvimento⁸ que terminaram por não se concretizar, primeiro, devido à guerra, depois, em consequência da perestroika e do colapso do “socialismo” na Europa, assim como da crise da economia moçambicana e a morte ou rapto, pela Renamo, de técnicos

⁵ O BPD resultou da nacionalização de vários bancos que então operavam em Moçambique. O BPD era o único banco comercial no país que funcionava sob orientação do governo para financiamento da economia e em particular do sector estatal. O Banco de Moçambique concentrava as operações com o exterior e a gestão de divisas, para além da política monetária conforme os interesses da governação.

⁶ Segundo os estatutos da Frelimo, o partido era a força dirigente do estado e da sociedade. Então, sendo as E.E. do Estado e os Grupos Dinamizadores da Frelimo, então, os GD dirigiam o Estado na empresa, isto é, a direcção.

⁷ Foram criadas as cooperativas de consumo sobretudo nas cidades que distribuíam alguns bens essenciais a preços estabelecidos, como forma de evitar/colapsar a actividade privada de distribuição a retalho que, em muitas ocasiões, era acusada de especulação de preços e açambarcamento.

⁸ Os projectos eram megalómanos, como, por exemplo, os 400 mil hectares na Zambézia e Nampula, os 120 mil hectares em Niassa, o carvão de Moatize, as minas Zambézia, entre outros.

da cooperação dos países socialistas⁹. Estes projectos tinham contrapartidas políticas e económicas, como, por exemplo, a eventual exportação de trigo do projecto de Niassa, do carvão, do pescado capturado por frotas ao longo do canal de Moçambique e cooperação militar e de segurança.

A conjugação da crise grave da economia com a situação de guerra em grande parte do território, e em situação de desvantagem para as forças governativas, o desmoronamento do socialismo na Europa e os conflitos regionais, precipitou o colapso da economia¹⁰. A adesão de Moçambique a membro das Instituições de Bretton Woods (IBW), em momento de mudanças fundamentais das relações externas para os países ocidentais, surge como alternativa inevitável, não obstante a persistência de alguma narrativa anticapitalista. Porém, era considerada como a única alternativa.

No que se refere às empresas estatais, são evidentes as seguintes características: (1) o objectivo era a manutenção da empresa e do emprego, independentemente da rentabilidade; (2) as empresas cumpriam as directivas económicas da Frelimo por via da Comissão Nacional do Plano (CNP), independentemente dos sinais dos mercados; (3) critérios de rentabilidade, eficiência e decisões produtivas e de investimento não eram tomados em conta pelas direcções; (4) os gestores, na sua maioria, não possuíam formação e experiência para o desempenho dessas funções e eram nomeados por critérios fundamentalmente de "confiança política". Por estes elementos, pode-se concluir que o período socialista não criou um tecido empresarial moçambicano competitivo e eficiente. Era um tecido empresarial do Estado partidarizado, para servir objectivos políticos e, em segundo lugar, económicos. Igualmente, nessa fase, em consequência do sistema político e da organização empresarial do Estado, não emergiram empresários com capacidade para operar em condições de mercado.

Em resumo, não foi iniciado um processo de edificação de um tecido empresarial moçambicano sólido e multissectorial, nem emergiram gestores competentes e em número suficiente para os eventuais desafios futuros; ao contrário, a actuação empresarial era considerada reaccionária e os empresários com esses princípios fortemente reprimidos

⁹ Foram os casos dos técnicos da República Democrática Alemã em Niassa e de soviéticos na Alta Zambézia.

¹⁰ A partir de inícios da década de 80 até princípios da década seguinte, em pleno auge da guerra civil, a crise económica era profunda, com crescimentos negativos em anos sucessivos (menos 9,3% em 1984), inflação de -30% em 1984, queda brusca e acentuada dos salários reais (em 1986 representavam 44,5% de 1980), o consumo privado representava 68,3% em 1986, o consumo público 63,8% também em 1986, o investimento totalizava 39,4 em 1986 a preços reais de 1980, a taxa de cobertura da balança comercial era de 14,7 em 1986. A produção total agrícola em 1986 era de 21% de 1975.

Em Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*. Editora Piaget. Lisboa, com base em Instituto Nacional de Estatística, (vários anos) e Comissão Nacional do Plano (vários anos).

2.2 O ajustamento estrutural

O ajustamento estrutural, promovido pelas Instituições de Bretton Woods (IBW), surge como inevitável perante a situação descrita. Deixou de haver planeamento central da economia e preços estabelecidos administrativamente, grande parte das empresas foram privatizadas ou reestruturadas (neste caso, mantendo-se como propriedade ou com participação do Estado), as relações externas e a cooperação foram mudando para os países capitalistas. As conflitualidades regionais abrandaram em consequência da independência do Zimbabwe e da queda do regime do *apartheid* na África do Sul. Porém, persistia, em grande parte do território, a guerra civil com efeitos humanos, materiais e o disfuncionamento da economia.

O processo de privatização foi pleno de situações não transparentes. As empresas e casas alugadas para habitação foram vendidas a preços simbólicos beneficiando as elites da Frelimo, aquelas que nacionalizaram, poucos anos antes, as empresas e a habitação (casas em aluguer)¹¹. Há membros da elite que “compraram”¹² várias casas e apartamentos, constituindo importantes fontes de rendimento pelo aluguer das mesmas.

O BPD transformou-se no Banco Austral¹³, e constituiu uma fonte de financiamento das empresas estatais e das elites do partido Frelimo, com o objectivo de promover e apoiar os investimentos dessas elites, cuja gestão pautou-se por empréstimos dirigidos, sem obediência às condições bancárias para a concessão de créditos. A investigação da gestão ruínosa do Banco Austral nunca foi preocupação de primeira hora por parte das autoridades e só começaram a preocupar-se depois da pressão dos doadores e da sociedade civil, tendo culminado com a realização de uma auditoria forense, por uma auditora estrangeira. A realização da auditoria enquadrou-se, como se sabe, no contexto de uma recapitalização (necessária para vender o banco) que teve como pano de fundo a cobertura dos prejuízos acumulados do Banco Austral - na ordem dos 400 milhões de USD (...). A auditoria forense encontrou sinais evidentes de gestão danosa¹⁴.

¹¹ As casas habitadas pelos próprios proprietários e uma segunda casa de campo ou de praia não foram nacionalizadas. Para a gestão do património estatal da habitação foi criada a instituição com o nome Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), que alugava e recebia as rendas e, gradualmente, deixou de fazer a manutenção do imobiliário e sua expansão. Inicia-se a deterioração do parque habitacional do país.

¹² Compraram entre outras porque, para além dos preços simbólicos, muitos membros das elites de elevado *ranking* habitavam casas protocolares sumptuosas onde continuaram, e continuam, a viver após o fim dos mandatos, em alguns, casos até actualmente. São as designadas “casas de função”.

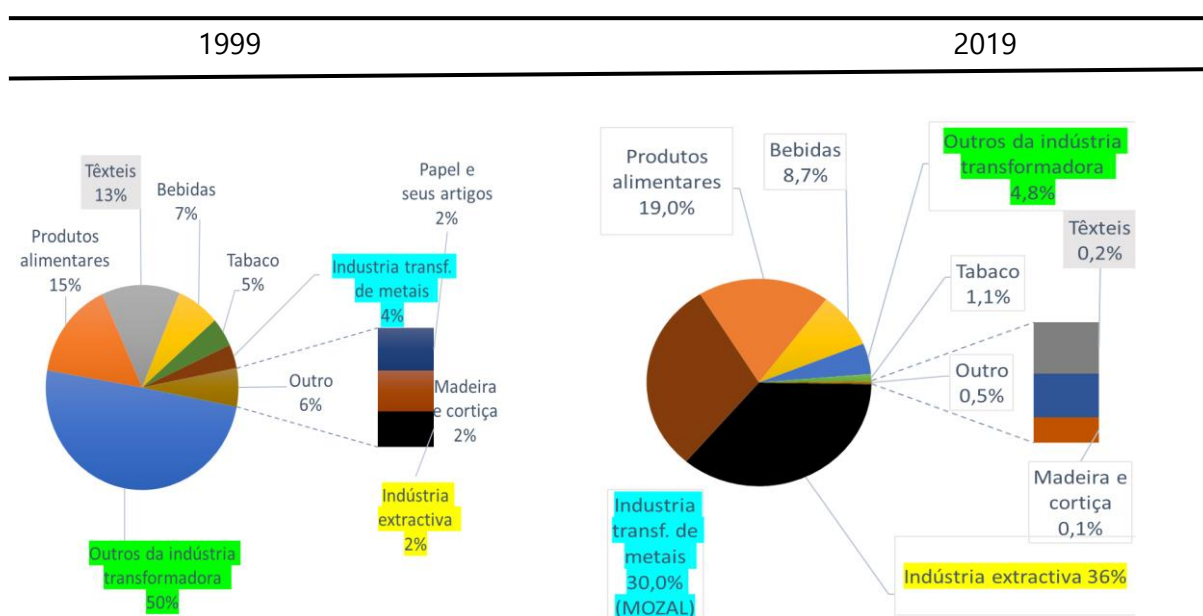
¹³ Banco estatal, criado depois da independência para suportar o Estado, as E.E. e financiar as iniciativas empresariais das elites, acumulou dívidas não reembolsáveis. A maioria das empresas estatais era insolvente e existia a “orientação” de as manter em produção, para assegurar a oferta de bens essenciais e o emprego. As questões financeiras eram, então, de absoluta secundarização na gestão dessas empresas, bem como o equilíbrio das contas do Orçamento Geral do Estado.

¹⁴ Não são conhecidos os valores dos desvios ou créditos malparados do Banco Austral. Fala-se de entre 150 milhões e 300 milhões de dólares americanos.

Na agricultura, grande parte das empresas estatais deixaram de existir e poucas foram privatizadas. As áreas de algumas foram distribuídas por pequenos e médios agricultores. Outras áreas ficaram sem ocupação e com capim e infra-estruturas (parques de máquinas, armazéns, alpendres, etc.) em ruínas. Foram muito poucas as empresas estatais agrárias adquiridas pelo capital interno e externo.

Grande parte das empresas privatizadas na agricultura e na indústria transformou-se em armazéns alugados pelos novos proprietários ou ficaram em ruínas¹⁵, situação que, na maioria dos casos, persiste até aos nossos dias. Inicia-se um processo de desindustrialização generalizado. A figura 1 revela claramente este fenómeno.

Gráfico 1
Evolução do peso de sectores industriais no conjunto da produção da indústria
Anos 1999 e 2019



Fonte: Mosca, João e Nova, Yara (2023). *A contra transformação estrutural agrária em Moçambique*. OMR. Maputo. <https://omrmz.org/livros/.b>

Pode-se observar a queda da importância da indústria que transforma matérias-primas nacionais (como, por exemplo, “outra indústria transformadora” – não incluídas nos itens representado no gráfico, têxteis, tabaco, madeira, moagens, entre outras).

¹⁵ Poder-se-ia apontar inúmeros casos de importantes empresas paralisadas e em ruínas, como por exemplo: a MABOR, as empresas de têxteis, as metalomecânicas, de embalagens e sacarias, da agroindústria (matadouros, leite e lacticínios, etc.), entre muitas.

Neste período, a partir de meados dos anos oitenta, desponta (ou renasce) uma classe empresarial predominantemente de origem asiática, sobretudo nas actividades de comércio, alguma indústria ligeira e transporte de mercadorias e passageiros de média e longa distância (“interprovincial”). São empresários com tradição e cultura empresarial, que já existia no tempo colonial.

As empresas do Estado ou com participação do Estado revelaram-se ineficientes, financeira e tecnicamente falidas e más prestadoras de serviços aos cidadãos clientes. Os responsáveis são politicamente designados e geralmente desconhecedores da área para que foram nomeados e que, apesar da falência das empresas, não abdicam dos seus altos salários e atractivos benesses. A maioria destas empresas acumula dívidas à banca e é financiada pelo Estado.

É neste período que se inicia ou se aprofunda o tráfico transnacional de vários bens, como, por exemplo, ouro e pedras preciosas, madeira, marfim e droga. Nestes casos, existe conexão entre traficantes nacionais e estrangeiros.

Em resumo, durante o período pós-ajustamento estrutural até finais do século XX, o processo de privatização não beneficiou o crescimento do tecido empresarial e o surgimento de um empresariado nacional. Iniciou-se um processo de novas formas de intervenção do Estado na economia e nos mercados, a ineficiência manteve-se devido aos tipos de privatização verificados e instalaram-se processos pouco transparentes de constituição das empresas e sua gestão. Iniciou-se a constituição de grupos de interesses com uso de recursos do Estado não transparente e corrupção de origens e naturezas diversas. Iniciam-se os tráficos de vários bens e a fuga de capitais.

2.3 O “boom” do investimento externo e a economia de saque

Depois de algumas mudanças de políticas e na perspectiva da exploração de recursos naturais, assiste-se a um elevado interesse de multinacionais e de alguns países.

- É sobretudo a partir de finais do século XX que se inicia a entrada de grandes volumes de capital estrangeiro, sobretudo em sectores de exportação (minas – carvão, areias pesadas, rubis, etc.), alumínio (Mozal) e, posteriormente, gás, defesa e infra-estruturas relacionadas com os grandes investimentos – estradas, caminhos-de ferro, portos, aeroportos, agricultura de exportação – algodão, caju, feijão bóer, gergelim, tabaco, como os principais.
- Surge um empresariado nacional no quadro dos grupos de interesse económico no seio das elites políticas, sobretudo relacionados com os sectores adjacentes aos grandes investimentos externos.
- O capital nacional concentra-se nos sectores de serviços (comércio, transportes, imobiliária, restauração¹⁶). O tecido empresarial em sectores com proeminência de empresários asiáticos, nacional e estrangeiro, ganhou novos impulsos em condições de mercado livre.

¹⁶ Juntamente com investimento externo de pequena e média dimensão.

- Não é ainda, depois dos finais dos anos 80, que emerge um empresariado moçambicano sem conhecimento, capital e ética, não possuíam cultura empresarial, capacidade de gestão e acumulação de capital e de investimento, sobretudo na indústria. Surge o termo da “bolada”, para significar, em termos económicos, o aproveitamento de ganhar dinheiro independentemente da transparência, da ética e do espírito capitalista weberiano¹⁷.

É em finais dos anos oitenta que surge o que se pode designar de saque da economia associada a tráficos internacionais e produção interna de droga, roubo e exportação ilegal e corrupta de recursos naturais (madeira, marfim, ouro, etc.) e a indústria dos raptos associada ao branqueamento, fuga de capitais e financiamento do terrorismo.

O Estado tem-se revelado incapaz de detectar e julgar estes casos. O conhecimento dos actos chega a público através das redes sociais, da imprensa internacional, ou por pressões de organizações internacionais¹⁸. O poder, incluindo o sistema judicial, possui uma elevada capacidade de branqueamento de informação, como mecanismo de defesa do poder. Existem evidências de envolvimento de elites nestas actividades danosas para o país e os seus cidadãos.

O investimento externo, sobretudo o das multinacionais, é beneficiado discricionariamente e assimetricamente em comparação ao capital nacional. Por exemplo: (1) elevados benefícios fiscais (*royalties*, períodos de graça e isenção quanto ao pagamento de impostos e redução de taxas); (2) incumprimento da lei do trabalho (quota de trabalhadores estrangeiros); (3) facilidades de entradas e saídas de técnicos estrangeiros sem vistos ou vistos de entradas múltiplas; (4) cobertura política pelo não-cumprimento de leis ambientais, como a reposição dos solos e da flora natural após a mineração; (5) baixa indemnização às pessoas forçadamente deslocadas e reposição das condições de vida pré-reassentamento; (6) intervenção policial, por vezes violenta e com uso desproporcionado da força, contra manifestações e greves dos trabalhadores e reassentados¹⁹. Além disso, o Estado manifesta-se na sua incapacidade de realizar auditorias das contas, apuramento de resultados e verificação da quantidade e qualidade da produção e exportação e dos valores declarados comparativamente aos preços do mercado internacional.

¹⁷ Veja o livro de Max Weber (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Companhia das Letras. São Paulo.

¹⁸ Foi o caso, entre outros, das dívidas ocultas, ou o negócio de passagem do capital português de Cahora Bassa para o governo moçambicano ou envolvimento do poder nos contractos com algumas mineradoras, como foi o caso da Vale. A estratégia incluiu uma ampla campanha interna de sonegação de informação, desinformação e contra informação.

¹⁹ Os *sítes* do Observatório do Meio Rural, Centro de Integridade Pública e do Instituto de Estudos Sociais e Económicos possuem vários textos resultante de pesquisas, abordando a maioria dos aspectos referidos neste parágrafo.

Contrariamente, o sector privado nacional está sujeito a: (1) uma carga fiscal muito elevada (32% de IRPC)²⁰; (2) taxas de juro de crédito elevadas²¹; (3) dívidas do Estado às empresas e devolução tardia do IVA²²; (4) lei do trabalho muito rígida e em defesa do trabalho com efeitos perversos de limitar a contratação de trabalhadores; (5) são conhecidos actos de corrupção e enriquecimento rápido de alguns fiscais²³ da Autoridade Tributária, alfândegas, policia e membros dos centros de decisão que exigem, em muitos casos, comparticipação accionista nas empresas sem realização do capital e a troca de protecção do poder e com pagamento mensal de uma determinado “salário” e prestação de serviços individuais; 6) exigência de transferência para meticais do valor das exportações.

O ambiente de negócios tem melhorado. Em 2006 o índice²⁴ era de 42,7 e passou para 53,5 em 2020. Em 2006, Moçambique ocupava o lugar 144 em 175 países avaliados e, em 2020, passou para o lugar 131 em 190 países avaliados²⁵. Grande parte dos aspectos inclusos na avaliação do ambiente de negócios, afecta assimetricamente as empresas nacionais e as de capital externo, conforme se pode observar mais adiante nos assuntos que fazem parte do índice do Ambiente de Negócios (Pé de página 24).

²⁰ Para aumentar as receitas do Estado para compensar as elevadas despesas fiscais e a pequena base tributária.

²¹ As taxas de empréstimo bancário rondam, na maioria dos casos, entre 20% e 30%. Justificam estas elevadas taxas os seguintes aspectos: (1), os depósitos obrigatórios da banca comercial no Banco Central (BdeM) de 39% (isto é, por cada 100 meticais de depósitos num banco, 39 MZN são depositados no BdeM sem juros. O BdeM justifica esta taxa afirmando a necessidade de controlar a inflação. Porém, há mais razões, nomeadamente: (1) o elevado financiamento dos bancos ao Orçamento Geral do Estado, reduzindo a oferta monetária; (2) a compra da dívida pública (bilhetes do tesouro); (3) a defesa dos bancos em preservar as suas taxas de lucro; (4) os riscos da economia reflectidos nos *spreads* praticados pela banca comercial; (5) a grande procura de moeda, sobretudo para consumo.

Os três maiores bancos concentram entre 65% e 70% do total de depósitos e activos do sector financeiro (<https://www.oeconomico.com/standard-research-risco-de-mercado-do-sector-bancario-permanece-alto/>). Em 2022 o lucro dos bancos comerciais foi de cerca de 366 milhões de dólares (<https://profile.co.mz/bancos-comerciais>). Em 2022 existiam 44 instituições financeiras (bancos, microcréditos, cooperativas de microcrédito e organização de poupança e empréstimos (Banco de Moçambique, Relatório Anual de 2022). A mesma fonte indica que existiam, em 2022, 666 agências bancárias, das quais 223 se localizavam na cidade de Maputo.

Do total dos empréstimos à economia, apenas cerca de 60% se destina às empresas. O Diário Económico, 21/05/2023.

²² Informações revelam que o Estado deve actualmente às empresas, cerca de 1,5 mil milhões de dólares. Há empresas que são reembolsadas por IVA com anos de atraso.

²³ Revelados por manifestações exteriores de riqueza e consumo de bens de alto valor, investimentos imobiliários e criação de empresas em diferentes actividades.

²⁴ O índice é composto por vários assuntos relacionados com a facilidade de fazer negócios: os sub índices são os seguintes: (facilidade (procedimentos) de abertura de empresa; obtenção de alvarás de construção; acesso à electricidade; registo de propriedade; obtenção de crédito; protecção dos investidores; pagamento de impostos; comércio internacional; cumprimento de contractos e resolução de insolvência. O índice Doing Business é medido numa escala de 0 a 100, em que um valor mais alto indica um ambiente empresarial mais favorável para fazer negócios.

²⁵ Banco Mundial. (2006). Doing Business 2006: Creating Jobs. Washington, DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. (2020). Doing Business 2020: Comparing Business Regulation in 190 Economies. Washington, DC: Banco Mundial.

O mais grave, nos últimos anos, são os efeitos dos raptos que exigem milhões de dólares de resgate e, após a libertação, a imposição de um valor mensal designado de “imposto de liberdade”. A transferência de valores para o exterior, de forma licita ou não, e a fuga ao fisco, surgem como possível alternativa de vida no exterior, o que implica, retracção do investimento. Como estratégia de anti risco, muitos empresários emigram, transferem, legal ou ilegalmente divisas e investem no estrangeiro.

A guerra em Cabo Delgado retrai o investimento e a actividade empresarial, centenas de milhares de moçambicanos reassentados sobrevivem com programas de ajuda humanitária de organizações internacionais. Em guerra, a actividade económica e o investimento do sector privado nacional e estrangeiro reduzem-se e, por outro lado, existem empresários que aproveitando a instabilidade vêm os seus negócios em progresso.

3. RESUMO

Grande parte do empresariado do período colonial era estrangeiro, sobretudo portugueses e asiáticos. Aos moçambicanos, sobretudo depois da década dos anos cinquenta, era-lhes concedida oportunidades para desenvolver pequenos negócios, como, por exemplo, lojas e moagens no meio rural. Os empresários, principalmente os portugueses, com ou sem actos de sabotagem, por paralisação repentinada das actividades, por decisão própria, ou ainda porque foram sumariamente expulsos do país, saíram de Moçambique nos primeiros anos depois da independência.

Após a independência, pode-se diferenciar três períodos que têm como característica comum, o estrangulamento da emergência de um empresariado nacional. Os períodos foram os seguintes:

- Primeiro, a actividade privada, por razões ideológicas, considerava os empresários como exploradores do povo e contra o socialismo. Alternativamente, com base nas empresas nacionalizadas, constituiu-se o sector estatal, “propriedade de todo o povo”. O Estado centralizou grande parte do tecido económico de então que era dirigido pelo plano central e em contexto mercado intervencionado (não-mercado). Estes aspectos impossibilitavam a continuidade do sector privado.
- No segundo período, iniciado com as reformas económicas (e políticas), procedeu-se ao processo de privatização sob a direcção dos que nacionalizaram essas mesmas empresas depois da independência, sendo eles próprios os beneficiários; utilizando a linguagem do pós-independência, os libertadores, alguns dos quais “socialistas”, transformaram-se em “exploradores do povo”. É neste período que se aprofundam os sinais da fase posterior com a emergência da promiscuidade entre o político e o económico e entre o público e o privado, a corrupção no sistema político e do tecido económico. A economia de renda instala-se no seio das elites e grande parte das empresas são ineficientes e sobrevivem pelos apoios políticos dos seus sócios.

As empresas do Estado acumulam prejuízos, estão falidas tecnicamente e são más prestadoras de serviços. Possuem protecção do Estado e gozam das condições de operar em condição de monopólio. Surge o político-empresário ou o empresário- político.

Os sectores de serviços ganha impulso, sobretudo com predominância de empresários asiáticos com tradição e cultura empresarial.

No terceiro período, aqui designado de “O *boom* do investimento externo e a economia de saque, com o suposto crescimento “robusto” durante a primeira década deste século, configura-se uma economia assente no investimento externo nos sectores mineiro, agricultura de *commodities* e gás, todos com baixo valor acrescentado no país, poucas relações intersectoriais, limitada geração de emprego e com condições políticas, económicas e legais muito favoráveis. Este conjunto de vantagens é muito diferenciado das condições para o sector privado nacional, que vê agravadas as condições de investimento e de produção com crescentes dificuldades de funcionamento e a ameaça de raptos. A corrupção a diferentes níveis, torna-se endémica no sistema político e no funcionamento da economia, traduzindo-se em diferentes formas de delapidação da economia, asfixia do empresariado e fuga de capitais.

Sintetizando, o sector privado e o surgimento de um empresariado nacional foram, depois da independência, asfixiados de diferentes formas, em benefício do investimento externo e de grupos de interesses económicos capturadores de rendas associados a elites políticas da Frelimo (muitas vezes através de práticas de corrupção). Configura-se uma economia de saque e de rendas, por um lado, e, por outro lado, de “boladas”. O Estado transforma-se numa plataforma de distribuição hierarquizada de negócios, recursos e corrupção. Nestas condições, não é possível que surjam empresários profissionais, competentes, éticos e formados e patriotas. Ressalvam-se casos (poucos), não incluídos nesta “engrenagem”.

Em termos de economia política, o autor procurou fundamentar que, no contexto de regimes autoritários, relacionados com redes de tráficos diversos, com governações incompetentes e corrupção endémica, como se vive em Moçambique, não interessa ao sistema político o surgimento de um sector privado forte, endógeno e patriota. Primeiro, porque o alargamento dessa base económica dificultaria ou seria concorrente à economia de saque e da “bolada”. Segundo, porque surgiria um grupo social politicamente não-alinhado e eventuais alternativas ao actual poder a longo prazo.

Sim, houve e há um propósito de asfixia de um tecido empresarial moçambicano forte de uma classe capitalista resultante desse processo.